



# CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada  
Janeiro de 2016 | PT



## EDITORIAL

CESE:  
Trabalhar  
com os  
cidadãos  
para a Europa

Caros leitores,

2015 foi um ano repleto de desafios para a Europa: a crise do euro, a agitação política e económica verificada em alguns Estados-Membros, e ainda o afluxo de centenas de milhares de refugiados e imigrantes para a UE.

Além disso, as taxas de desemprego são demasiado elevadas, principalmente entre os jovens, o impacto das alterações climáticas é perceptível, e vive-se um clima de terror latente causado pelos islamistas radicais.

Os desafios de 2016 são consideráveis, e todos temos de contribuir para procurar as soluções melhores e mais adequadas.

A Europa deve reorganizar-se: a UE devia funcionar como uma empresa bem organizada, com uma liderança forte e participativa e uma ação concertada para a realização de objetivos comuns. Há que conferir prioridade à conclusão da União Económica e Monetária, um instrumento indispensável numa área de moeda comum. Deve ser posta em prática uma verdadeira política europeia em matéria de asilo e migração. Temos pela frente um ano cheio de desafios e devemos aplicar imediatamente as medidas regulamentares necessárias.

A nossa ação deve orientar-se pela coragem e basear-se na realidade, tendo em mente o bem-estar dos cidadãos europeus. A sociedade civil indica-nos a via a seguir, e o Comité Económico e Social Europeu, enquanto voz da sociedade civil organizada, intensificará os seus esforços para assumir o papel que lhe compete na elaboração das políticas da UE e, por conseguinte, assegurar que as políticas europeias são levadas a cabo com os cidadãos e para eles.

Gonçalo Lobo Xavier

Vice-Presidente do CESE, responsável pela Comunicação

## AGENDA

17 e 18 de fevereiro de 2016 /  
CESE, Bruxelas:  
reunião plenária do CESE

## NESTA EDIÇÃO

- 2 Migrantes e refugiados na reunião plenária do CESE em dezembro
- 3 Presidência neerlandesa da UE: concentrar-se no essencial
- 4 PAC: Simplificação requer bom senso. Parecer do CESE apela à redução da burocracia para os agricultores

## Heróis do ciclismo solicitam aos decisores políticos da UE que vivam por um dia a experiência de ser deficiente

Em 14 de dezembro de 2015, o CESE, em parceria com a ONU, organizou a projeção do filme *EL desorden de los sentidos* [perturbação dos sentidos] sobre dois jovens ciclistas espanhóis, Gerardo e Antonio, ambos deficientes, que, em 2013, percorreram o Caminho de Santiago de bicicleta com as suas famílias. A equipa veio agora a Bruxelas para sensibilizar para as dificuldades com que se deparam as pessoas com deficiência no seu dia-a-dia e para exercer influência na futura legislação da UE.



Irene Hens, produtora do filme, Alejandro González Salgado, realizador, Javier Luque, pai de Antonio Luque Aumente, Gerardo Fernández Costa e Javier Pitillas, o seu treinador

O evento, que assinalou o recente Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e teve lugar logo após a publicação do novo ato legislativo da UE sobre acessibilidade, constituiu um marco importante para as pessoas com deficiência na Europa. A equipa do filme e as famílias assinalaram, através do seu testemunho, a falta de consideração pelas pessoas com deficiência e pelas suas necessidades. As duas famílias disseram ao CESE que, não obstante importantes conquistas, algumas das coisas mais simples da vida continuavam a ser um verdadeiro desafio para as pessoas com deficiências: aceder a locais públicos, ao mercado de trabalho e a serviços públicos e sociais mantinha-se uma luta constante. Questionado pelo moderador Pavel Trantina, membro do CESE e presidente da Secção

Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania (SOC) que convidou Gerardo e Antonio, sobre qual a mensagem que gostaria de transmitir às instituições da UE, Javier Luque, pai de Antonio, respondeu solicitando aos decisores políticos da UE que experimentassem passar um dia na pele de um deficiente e compreendessem os verdadeiros desafios da deficiência antes de decidirem o texto final da nova lei da acessibilidade.

Pavel Trantina declarou: «A UE ainda tem muito trabalho pela frente para respeitar plenamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A publicação do ato legislativo da UE sobre acessibilidade, há muito esperada,

é um passo na direção certa, mas é preciso envolver de facto as pessoas com deficiência, como Gerardo e Antonio, e assegurar a satisfação das suas necessidades».

No início de 2016, o CESE elaborará um parecer sobre a nova lei da UE sobre acessibilidade, e o testemunho de Gerardo e do pai de Antonio servirá de inspiração aos seus membros. O CESE criou igualmente um grupo de estudo permanente para acompanhar a implementação da Convenção das Nações Unidas, a fim de contribuir para a elaboração das políticas da UE sobre esta matéria e promover a participação da sociedade civil, em particular as organizações que representam as pessoas com deficiência. (aj)

## Prémio CESE para a Sociedade Civil 2015 reconhece o trabalho de cinco organizações no combate à pobreza



As cinco organizações vencedoras na reunião plenária do CESE

As cinco iniciativas vencedoras apresentam um panorama do trabalho levado a cabo por milhares de grupos de voluntários e ONG em toda a Europa. Cada projeto aborda à sua maneira o tema de 2015 de combate à pobreza. As iniciativas alemã e finlandesa foram premiadas com

11 500 euros cada e as iniciativas irlandesa, francesa e polaca com 9 000 euros cada.

Cada organização foi solicitada a responder à pergunta sobre o impacto que o prémio terá nas suas atividades:

### Vencedores do 1.º prémio Armut und Gesundheit in Deutschland (Alemanha)

«Para além de contribuir para a nossa boa reputação, que é essencial para conseguirmos financiar o nosso trabalho, o Prémio para a Sociedade Civil reforçará a nossa posição nos momentos em que nos dirigimos à esfera política para defender e reclamar melhorias nos cuidados de saúde prestados às pessoas necessitadas. O sentimento de parceria com uma

>>> p. 2



# Migrantes e refugiados na reunião plenária de dezembro

A reunião plenária do CESE, em dezembro, esteve centrada no tema da migração e da crise dos refugiados. A Assembleia adotou quatro pareceres sobre diferentes aspetos da migração (ver quadro *infra*), indo do Plano de Ação contra o tráfico de migrantes até à criação de uma lista comum da UE de países de origem seguros, passando pela Agenda Europeia da Migração e por um mecanismo de recolocação em situações de crise. Para

além destes pareceres, o CESE adotou uma resolução sobre a crise dos refugiados, que pode ser consultada nesta página do *CESE Info*.

Para o CESE, as disparidades entre os Estados-Membros na gestão do influxo de centenas de milhares de refugiados e migrantes põem a nu a necessidade urgente de a Europa dispor de um verdadeiro sistema comum

de asilo com procedimentos harmonizados. A complexidade da situação atual exige esforços comuns para acolher os refugiados e os repartir pelo território da UE. O CESE considera que o novo mecanismo de recolocação deverá ser criado como estrutura permanente. Também é importante que a Europa vele pela segurança das suas fronteiras atuando em conjunto e não com base em intervenções à escala nacional.

«**Precisamos de mais responsabilidade, mais solidariedade e mais Europa**» – eis o apelo comum do CESE reunido em assembleia. O Comité assinalou que a UE assenta na solidariedade entre todos os Estados-Membros e que, até recentemente, este sistema funcionou muito bem. (sma/dm)

## Resolução do CESE sobre os refugiados

Na reunião plenária de 9 e 10 de dezembro de 2015 (sessão de 10 de dezembro), o Comité Económico e Social Europeu adotou esta resolução, por 174 votos a favor, 8 votos contra e 9 abstenções.

*O CESE saúda vivamente o importante trabalho que a sociedade civil está a desempenhar para dar resposta à questão dos refugiados em fuga de países devastados pela guerra e que, por esse motivo, têm direito a proteção ao abrigo da Convenção de Genebra. Sem tal resposta, a situação humana trágica a que se assistiu em muitos países europeus teria sido catastrófica. O Comité Económico e Social Europeu está diretamente empenhado em dar voz a esta realidade, a fim de assegurar que ela é devidamente tida em consideração pelas instituições europeias, os governos e outros responsáveis políticos.*

*O CESE está atualmente a organizar visitas para se reunir com as organizações da sociedade civil que prestam assistência a refugiados em onze Estados-Membros (Hungria, Polónia, Malta, Grécia, Alemanha, Áustria, Eslovénia, Bulgária, Suécia, Itália, Croácia) e na Turquia, uma vez que estes países são os mais afetados pelo fluxo de refugiados. Enquanto órgão que representa a sociedade civil organizada junto das instituições europeias, o CESE será a sua voz a nível europeu.*

*O CESE considera que a presente situação exige da UE o desenvolvimento de corredores humanitários seguros para os refugiados de países afetados por guerras e ameaçados pelo terrorismo, nomeadamente através de medidas conjuntas com os países onde se concentra o maior número de refugiados. Além disso, temos de estabelecer um verdadeiro Sistema Europeu Comum de Asilo baseado em procedimentos harmonizados em toda a União. Tal inclui um estatuto uniforme de asilo e o reconhecimento mútuo das decisões em matéria de asilo, responsabilidade, solidariedade e esforços partilhados no que diz respeito à recolocação e reinstalação, bem como a revisão do Regulamento de Dublin. Além disso, são necessários sistemas sólidos e solidários de partilha de encargos, começando, antes de mais, pela criação de um sistema permanente, justo e vinculativo de distribuição das pessoas em busca de proteção por todos os países da UE. Dada a excecionalidade das circunstâncias, e em consonância com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, decidiu-se, após uma análise exaustiva, que os custos adicionais do acolhimento de refugiados não devem ser reconhecidos no défice público dos Estados-Membros.*

*O CESE também manifesta profunda preocupação com as atuais tentativas de limitar o Acordo de Schengen, que é um dos êxitos fundamentais que mais beneficiam os cidadãos da UE. É importante garantir adequadamente a segurança das fronteiras externas dos países da zona Schengen. Porém, repor obstáculos internos e erguer muros em nada contribuirá para aproximar os cidadãos da UE nem para promover a cidadania europeia.*

*É igualmente essencial tomar medidas imediatas para combater as causas profundas dos atuais fluxos de refugiados. A UE tem de colaborar com os países de origem e de trânsito sobre estas questões, e o CESE insiste em que a Comissão deverá adotar, para esta cooperação, uma abordagem baseada nos direitos humanos e não apenas uma abordagem baseada na segurança. Por último, o CESE sublinha a necessidade de incluir a sociedade civil no diálogo com os países terceiros.*

*O CESE, dispendo de experiência de longa data em questões de migração – em anos recentes, sobretudo através do Fórum Europeu sobre Integração/Migração –, considera que a integração e a inclusão dos refugiados na nossa sociedade devem ser um processo bidirecional em que os parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil, juntamente com os governos e os órgãos de poder local, desempenham um papel fundamental. Importa dar prioridade ao acesso ao mercado de trabalho e, mais especificamente, ao reconhecimento das qualificações e à formação profissional e linguística, se for caso disso. A União Europeia deve lançar um conjunto de medidas nos países de acolhimento e na UE para centralizar os pedidos de emprego, formação e reconhecimento de qualificações.*

*A fim de criar o consenso social necessário em toda a Europa, é essencial respeitar plenamente a igualdade de tratamento e os direitos sociais tanto dos cidadãos da UE como dos refugiados na Europa, com especial atenção para os que se encontram em situação mais vulnerável. O investimento atempado na integração dos refugiados na sociedade e no mercado de trabalho é importante para os ajudar a reconstruírem as suas vidas, ao mesmo tempo que minimiza potenciais conflitos com a população local e evita custos mais elevados no futuro. Para tal, é indispensável que haja um financiamento adequado dos serviços públicos locais e um diálogo civil entre os refugiados e a população local.*

## Pacote «Migração»

Na reunião plenária de dezembro de 2015 foram analisados e adotados os seguintes pareceres:

### ● Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (2015-2020)

O CESE apoia o plano de ação, mas recomenda uma abordagem mais abrangente, descrevendo em pormenor de que forma a UE pretende proteger e dar assistência às vítimas. Reitera o apelo lançado pelo secretário-geral das Nações Unidas no sentido de se «considerar a hipótese de aumentar as vias seguras de entrada legal na Europa», recomenda que o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) seja dotado de mais poderes para efetuar os seus trabalhos nos Estados-Membros que necessitam de apoio especial, que a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável seja utilizada para dar resposta às causas socioeconómicas profundas do contrabando de migrantes e que seja dada mais atenção ao financiamento sistemático das organizações da sociedade civil que estão a prestar uma assistência crucial aos migrantes.

Resultado da votação: adotado por 176 votos a favor, 3 votos contra e 5 abstenções

### ● Lista comum da UE de países de origem seguros

O CESE recomenda que se definam critérios precisos a ter em conta para determinar se um país deve ser incluído na lista de países de origem seguros, tendo nomeadamente por base informações atualizadas provenientes de organizações de defesa dos direitos humanos. O CESE entende que, em caso algum, se deve aplicar o conceito de país de origem seguro quando se constate o desrespeito das liberdades democráticas. Recomenda que se preveja um mecanismo mais flexível para a introdução de alterações à lista, capaz de dar resposta à evolução das circunstâncias dentro de um prazo razoável, e considera necessário permitir às organizações de defesa dos direitos humanos, aos provedores de justiça e aos conselhos económicos e sociais dar início ao procedimento de alteração da lista.

Resultado da votação: adotado por 180 votos a favor, 4 votos contra e 6 abstenções

### ● Agenda Europeia da Migração

O CESE entende que a UE deve criar um verdadeiro sistema comum de asilo, com um estatuto uniforme, o reconhecimento mútuo das decisões e uma partilha da responsabilidade e dos encargos. Considera que o custo da não integração dos migrantes ultrapassa largamente o custo da sua integração, e entende que a Europa deve evitar esforços no sentido de proteger as suas fronteiras externas. Todas as políticas externas da UE devem centrar-se em ajudar os países de origem a alcançar um nível razoável de segurança, estabilidade e prosperidade. As despesas dos Estados-Membros relacionadas com o acolhimento e a integração dos refugiados não devem ser incluídas no cálculo dos défices orçamentais estruturais.

Resultado da votação: adotado por 161 votos a favor, 10 votos contra e 7 abstenções

### ● Um mecanismo de recolocação permanente ao abrigo do sistema de Dublin

O CESE gostaria que o mecanismo de recolocação criado em resposta à atual crise de refugiados fosse integrado numa estratégia global que preveja um sistema permanente, equitativo e obrigatório de distribuição de pessoas em busca de proteção por todos os países da UE, e insta a Comissão e as outras instituições da UE a apoiar ativamente os Estados-Membros de modo a oferecer condições adequadas para a integração dos requerentes de asilo recolocados.

Resultado da votação: adotado por 152 votos a favor, 6 votos contra e 13 abstenções



Missão do CESE à Grécia – Centro de acolhimento de emergência em Eridomeni

## Gerir a crise dos refugiados e da migração: doze missões de estudo e de informação do CESE até fevereiro

No âmbito dos seus esforços para encontrar uma forma de fazer face à crise dos refugiados na Europa, o CESE está a organizar uma série de doze visitas a diversos países, a fim de recolher dados em primeira mão das organizações da sociedade civil que trabalham no terreno com migrantes e refugiados. As visitas, realizadas entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, têm por objetivo recolher informação que possibilite identificar eventuais estratégias para lidar com o afluxo de refugiados e criar um conjunto de boas práticas e políticas que possa contribuir para um processo sem discontinuidades de receção, recolocação e/ou integração dos refugiados. Estas visitas fazem parte do programa «Going Local» do Comité e servem para identificar os

problemas e as necessidades, bem como os êxitos e as boas práticas, das várias organizações ativas na atual crise dos refugiados.

O objetivo das visitas é proporcionar informação bem fundamentada e documentada ao processo de decisão política da UE, na sequência do parecer do CESE sobre a «**Agenda Europeia da Migração: Segundo pacote de implementação**». As delegações são compostas por três membros do CESE e já visitaram a Áustria, a Suécia, a Grécia, a Hungria e a Alemanha. Na primeira quinzena de janeiro visitaram a Croácia e a Eslovénia e nas próximas semanas visitarão a Itália, a Polónia, Malta, a Bulgária e a Turquia. (mm)

## Continuação da p. 1

### Prémio CESE para a Sociedade Civil 2015 reconhece o trabalho de cinco organizações no combate à pobreza

instituição como o CESE representa um reconhecimento do trabalho do nosso pessoal».

#### Fundação Y (Finlândia)

«Este tipo de reconhecimento europeu é muito importante, pois constitui uma grande fonte de motivação para o nosso pessoal. Também adquire importância a nível nacional, o que nos beneficia, porque ajuda o nosso trabalho a ser mais conhecido na Finlândia. Confere-nos um lugar mais proeminente na Finlândia entre as fundações e ONG que trabalham neste setor.»

#### Vencedores do 2.º prémio ANDES (França)

«A nossa organização é composta por pessoas muito empenhadas. Funcionamos de facto como uma equipa que trabalha em parceria com muitas associações ativas no terreno, e apoiada por voluntários. Trabalhamos com pequenos agricultores, beneficiários de ajuda alimentar e pessoas em situações precárias. Para cada uma destas pessoas, este prémio é muito significativo e gratificante, porque é um reconhecimento europeu de todas as pessoas envolvidas.»

#### Terceira idade (Irlanda)

«Receber o Prémio para a Sociedade Civil permite-nos partilhar o nosso modelo com um público mais vasto. A Fáilte Isteach encontrou uma solução eficaz para ajudar os migrantes a melhorar a qualidade da sua vida social e profissional, a participar mais na sua comunidade e a forjar amizades duradouras. O Prémio para a Sociedade Civil ajudar-nos-á a partilhar este conceito simples mas eficaz com muitas mais comunidades na Irlanda e, potencialmente, em toda a UE.

#### Fundação Barka para a ajuda mútua (Polónia)

«Este prémio reforçará significativamente o papel da Barka no desenvolvimento da economia social a nível internacional. A Fundação Barka foi recentemente abordada por ONG e instituições da Macedónia e da Sérvia interessadas em replicar o sistema polaco de criação de parcerias locais, centros de integração social e empresas sociais nas suas comunidades. Também temos trabalhado com a diáspora africana na Europa, assim como com comunidades locais no Quénia e na Etiópia.» (sg)



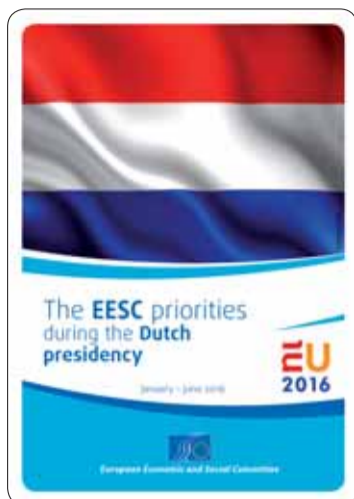
# Presidência neerlandesa da UE: concentrar-se no essencial

Em 1 de janeiro de 2016, os Países Baixos sucederão ao Luxemburgo na Presidência da União Europeia. Presidir ao Conselho da União Europeia não se afigurará uma tarefa fácil, num contexto de tensões fruto do afluxo maciço de refugiados e migrantes, da ameaça de ataques terroristas, do facto de a adesão dos cidadãos à UE nunca ter sido tão fraca e do referendo que se realizará no Reino Unido.

«Uma União que se concentra naquilo que é essencial, uma União que privilegia o crescimento e o emprego através da inovação e uma União conectada com a sociedade civil». Serão estes os princípios orientadores da Presidência neerlandesa, que definiu as seguintes prioridades:

- **Migração e segurança internacional**
- **A Europa como força inovadora e geradora de emprego**
- **A solidez das finanças e da área do euro**
- **Uma política climática e energética virada para o futuro**

O CESE concorda com a ênfase que o Governo neerlandês coloca no crescimento e no emprego. O presidente do CESE, Georges Dassis, congratulou-se igualmente com o apelo do Governo neerlandês a uma «União agregadora» e com a sua insistência nos valores fundamentais e na necessidade de apoio público, e, sobretudo, na «participação ativa da população e das organizações da sociedade civil». Referiu ainda que «se a Presidência neerlandesa assumir esse objetivo e presidir ao Conselho com esse espírito, se se puder orgulhar de ter ouvido as organizações da sociedade civil, então, o CESE não só estará naturalmente disponível para responder prontamente a qualquer pedido de parecer, como também será o seu aliado mais forte» (Ver brochura «As prioridades do CESE durante a Presidência neerlandesa: Janeiro – junho de 2016»).



A Presidência neerlandesa solicitou vários pareceres exploratórios ao CESE sobre temas como:

- A dimensão externa da política energética europeia;
- Sistemas alimentares mais sustentáveis;
- Um fórum da sociedade civil europeia para o desenvolvimento sustentável;
- A integração dos refugiados na UE;
- O combate à pobreza;
- A evolução da natureza das relações laborais e o impacto na manutenção de um salário digno;
- A inovação como impulsionadora de novos modelos económicos;
- A economia da partilha e a autorregulação;
- Uma mobilidade laboral mais justa na UE;
- O futuro da agenda urbana da UE.

Prevê-se que estes pareceres estejam concluídos na primavera de 2016. (dm/amw)

## TTIP – Quais as perspetivas para os parceiros sociais?

**CESE defende diálogo construtivo com os parceiros sociais**



Martin Schulz, presidente do Parlamento Europeu, e Georges Dassis, presidente do CESE, na conferência sobre o TTIP

Em novembro de 2015, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) convidou os parceiros sociais europeus a debater a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) – atualmente a ser negociada entre os Estados Unidos e a Europa – com Cecilia Malmström, comissária da UE responsável pelo Comércio, Martin Schulz, presidente do Parlamento Europeu, Xavier Bettel, primeiro-ministro do Luxemburgo, Georges Dassis, presidente do CESE, e outros representantes. Os debates que se seguiram demonstraram que muitas questões continuam por responder. Os participantes apelaram a negociações transparentes, informação abrangente – que mostre claramente as vantagens e as desvantagens da TTIP – e uma maior participação dos parceiros sociais.

O Presidente Georges Dassis apresentou a sua visão sobre um acordo aceitável com os Estados Unidos: «Para mim, uma boa Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento deve ter a capacidade de oferecer oportunidades económicas para as pequenas, médias e grandes empresas, do mesmo modo nos Estados Unidos e na Europa; deve assegurar os postos de trabalho e estimular a criação de emprego, garantindo, ao mesmo tempo, os direitos dos trabalhadores, a proteção social e o diálogo. Com o apoio das duas maiores economias, deve estabelecer uma referência para as normas ambientais e sociais em todo o mundo. O desafio é enorme e é importante incluir os parceiros

sociais. Este acordo deve ser sustentado por uma agenda social e sustentável e não aceitaremos baixar os nossos padrões».

**Jacek Krawczyk** acrescentou que «o capítulo sobre o desenvolvimento sustentável deve incluir um verdadeiro mecanismo de acompanhamento por parte da sociedade civil. A participação da sociedade civil na supervisão da aplicação da TTIP é essencial».

**Gabriele Bischoff** salientou a importância da quantidade e da qualidade dos postos de trabalho criados: «Temos de ser capazes de avaliar os benefícios em comparação com os riscos e de tomar as medidas necessárias para minimizar os efeitos negativos».

Para **Luca Jahier**, «as negociações sobre a TTIP são as negociações mais transparentes que a UE alguma vez conduziu». (sma)

# O CESE acolhe favoravelmente a estratégia adotada pela Comissão Europeia para o setor da aviação e insta à sua aplicação

O setor da aviação tem um impacto muito significativo no crescimento económico. O sistema de transporte aéreo gera benefícios que extravasam o setor da aviação. Este setor emprega quase 2 milhões de pessoas e contribui com 110 mil milhões de euros para a economia da Europa.

Na sua estratégia para o setor da aviação na Europa, a Comissão Europeia identificou quatro áreas prioritárias: pôr a UE num lugar de topo na aviação internacional, assegurando simultaneamente condições equitativas de concorrência; atacar os limites ao crescimento económico no ar e em terra; manter normas exigentes na UE no que respeita à **segurança aeronáutica**, à **segurança da aviação contra interferências ilícitas**, à **proteção do ambiente**, às **questões sociais** e aos **direitos dos passageiros**; e promover a inovação, as tecnologias digitais e os investimentos.

Em setembro de 2015, o CESE propôs uma série de medidas concretas necessárias para alcançar uma **política de aviação integrada da UE**. Para permanecer competitiva, a **UE necessita de uma estratégia de aviação coerente e abrangente** que elimine os encargos desnecessários que comprometam a rede de valor da aviação, conduza a um consenso global sobre a sustentabilidade e reflita os valores das empresas e dos cidadãos europeus. «No seu parecer, o CESE identificou seis áreas em que é necessário adotar medidas para aumentar a competitividade: segurança,



© Newland / Shutterstock.com

conectividade, inovação, dimensão social e concorrência a nível mundial. A implementação será a chave do êxito. Para alcançarmos estes objetivos, precisamos da cooperação e da participação de todos os representantes da cadeia de valor no setor da aviação», afirmou Jacek Krawczyk, relator do parecer do CESE sobre a «**Política de aviação integrada da UE**».

Anne Demelenne, relatora do parecer do CESE sobre o «**Dumping social no setor da aviação civil europeia**», adotado igualmente em setembro, congratulou-se com a proposta da Comissão Europeia de reforçar a agenda social e criar postos de trabalho de elevada qualidade no setor da aviação. Salientou, contudo, que devem ser envidados mais esforços para combater o **dumping social**. (sg)

## Direitos das vítimas na UE já são uma realidade



Walker Shaw, relator do CESE para a diretiva da UE relativa aos direitos das vítimas, Maggie Hughes e Levent Altan, diretor executivo da Victim Support Europe

criminalidade na UE. A diretiva para a proteção dos direitos das vítimas deve ser aplicada em todos os Estados-Membros e os cidadãos devem poder reivindicar os seus direitos a uma avaliação individual da sua situação e a um tratamento respeitoso, a informações facilmente compreensíveis sobre os seus direitos e o seu caso, bem como ao acesso a serviços de proteção e apoio à vítima.

Kathleen Walker Shaw, relatora do CESE sobre esta diretiva, chamou pela primeira vez a atenção das instituições da UE para o caso de Robbie Hughes numa audiência do CESE, em 2011. Expressou a sua satisfação por ver aplicada a diretiva destinada a apoiar e proteger os cidadãos necessitados e anunciou a sua decisão de continuar a acompanhar a respetiva execução nos Estados-Membros, para que esses direitos se tornem uma realidade na prática.

Maggie Hughes reconheceu que os novos direitos concederão, finalmente, aos cidadãos em toda a Europa a proteção adequada de que as vítimas da criminalidade necessitam. Levent Altan, diretor executivo da *Victim Support Europe*, salientou os esforços realizados pela sua organização e solicitou aos Estados-Membros a prestação de apoio psicológico e logístico para ajudar à recuperação das vítimas. (cad)

Na sequência dessa luta, em 2012, e com o apoio do CESE, Maggie Hughes ajudou a influenciar a legislação europeia no sentido de apoiar as vítimas da

## Acordo da COP21: Um arranque promissor

Finalmente, a pressão dos cidadãos e da sociedade civil na Europa e noutras partes do mundo parece ter conseguido convencer os líderes mundiais a assinarem um acordo e a darem o seu contributo para manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2 °C – e, na melhor das hipóteses, a 1,5 °C – em comparação com os níveis de 1990.

«A assinatura do primeiro acordo mundial de sempre sobre as alterações climáticas constitui um momento histórico. Trata-se de um marco importante na transição para uma economia hipocarbónica», afirmou o presidente do CESE, Georges Dassis, na sua primeira reação ao acordo de Paris. O CESE trabalha ativamente há anos no domínio das alterações climáticas, acompanhando negociações e formulando recomendações para os responsáveis políticos da UE. Agora, está pronto a participar plenamente num esforço conjunto que é crucial para o planeta.

### A sociedade civil no pelotão da frente para aplicar o acordo de Paris

Em muitas comunidades por toda a Europa, e nos outros continentes, os cidadãos e as organizações da sociedade civil são já os propulsores da mudança sustentável. Desempenham um papel fulcral na adoção de medidas e na aceleração da transição



Georges Dassis, presidente do CESE, com participantes no painel de debate na conferência sobre o clima realizada em Paris (COP21)

para uma economia hipocarbónica. O seu papel e participação serão, sem dúvida, essenciais na execução das decisões tomadas em Paris.

A comunidade internacional tem de aproveitar o impulso criado por este compromisso decisivo para começar a traduzir o acordo em ações concretas. (sma)



# PAC: Simplificação requer bom senso

Parecer do CESE apela à redução da burocracia para os agricultores

© Kirill Trubitsyn / Shutterstock.com



O CESE aprecia o facto de a Comissão Europeia ter assumido como prioridade a simplificação da implementação da política agrícola comum (PAC). O aumento da transparência e da segurança jurídica deve ser acompanhado por uma redução da burocracia para os agricultores, outros beneficiários, organizações de produtores e administrações nacionais. Há que implementar, o mais depressa possível, uma PAC simplificada e prestar aos agricultores a informação necessária e um apoio baseado em medidas de educação.

O orçamento da PAC representa 38% do orçamento da UE. É importante que haja regras precisas para reger a utilização deste capital, evitando ao mesmo tempo o excesso de regulamentação. Uma

avaliação encomendada pela Comissão Europeia revelou que a anterior reforma da PAC aumentou a burocracia entre 15 e 20%.

O CESE recomenda a apresentação de propostas baseadas na lista de prioridades das medidas de simplificação, elaborada pelo Conselho (Agricultura) e pela Presidência. Para o Comité, é particularmente importante analisar a coerência dos atuais requisitos, incluindo o seu impacto no ambiente, na segurança alimentar, na disponibilidade de alimentos e na criação de emprego. Tal deverá estabelecer que requisitos são necessários e quais devem ser adaptados ou eliminados. O Comité recomenda que se combata a burocracia, permitindo a supressão de regras existentes caso se adotem regras novas.

Apesar de ser favorável à iniciativa de tornar os pagamentos diretos mais ecológicos, no âmbito da reforma da PAC, apela para mais flexibilidade na aplicação das regras de «ecologização», a fim de ter em conta fatores externos inesperados, como as condições meteorológicas, secas ou flutuações de preços que tornem as medidas pouco razoáveis ou mesmo impossíveis de implementar.

A ideia de que o incumprimento das regras tem de ser punido é consensual. No entanto, as inspeções e as eventuais coimas devem ser proporcionais ao montante recebido pelo beneficiário e à gravidade do incumprimento.

O parecer do CESE foi adotado na reunião plenária de dezembro por 196 votos a favor, 9 contra e 26 abstenções. (sma)

## BREVEMENTE NO CESE

A tua Europa, a tua voz 2016 – CESE – 17 a 19 de março de 2016

Dar voz aos jovens



Pelo sétimo ano consecutivo, o CESE – que representa a voz da sociedade civil – fará ouvir as vozes, experiências e ideias da geração mais jovem.

O Comité convidará jovens de 16 e 17 anos de toda a UE e, pela primeira vez, dos cinco países candidatos (Albânia, Turquia, Montenegro, Sérvia e Antiga República Jugoslava da Macedónia), para virem a Bruxelas debater a importante questão da **migração**.

Durante a crise dos refugiados, a Europa testemunhou momentos de grande bondade e solidariedade por parte do público. Os governos são os responsáveis pelas políticas de imigração, mas a integração requer também a participação da sociedade civil, por exemplo, nos locais de trabalho, nas escolas e nas comunidades locais.

Será escolhida aleatoriamente uma escola por país, que enviará a Bruxelas três alunos e um professor para trabalharem em conjunto, debaterem e proporem ações concretas a realizar em escolas, clubes e outros locais, a fim de ajudar os jovens migrantes a integrar-se melhor e aumentar a sensibilização para a importância de uma boa integração, especialmente para os refugiados mais jovens.

Será dado tempo aos alunos para se prepararem para o evento e para o debate em Bruxelas, que contará com o apoio dos membros do CESE, que visitarão as escolas selecionadas para explicar o trabalho e as atividades do Comité, bem como a sua posição sobre a migração e a crise dos refugiados. (fgr)

## NOVA PUBLICAÇÃO

DESCUBRA O QUE O CESE PODE FAZER POR SI

A brochura geral «Descubra o que o CESE pode fazer por si» foi atualizada na sequência da renovação do CESE em outubro de 2015. As versões em francês, alemão e inglês já estão disponíveis em suporte papel e, brevemente, também o estarão nas outras línguas.

Exemplares da brochura podem ser obtidos mediante simples pedido enviado para o seguinte endereço: [vipcese@eesc.europa.eu](mailto:vipcese@eesc.europa.eu).

Para mais informações, consultar: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.publications.30561>



## NOTÍCIAS BREVES

**Perito do CESE em economia da partilha representa Comité na Coreia do Sul**

**Bernardo Hernández Bataller**, membro do CESE e relator do parecer sobre a economia da partilha, representou o CESE no Fórum Internacional de 2015 sobre a Promoção do Setor dos Serviços, subordinado ao tema «Disseminação da Economia da Partilha: Problemas e soluções», que se realizou em 19 e 20 de novembro na Coreia do Sul. O fórum constituiu uma oportunidade única para todos os participantes comunicarem as conclusões da investigação e as suas experiências no domínio da economia da partilha. Foi igualmente uma ocasião para discutir práticas avançadas a nível mundial e desenvolver medidas regulamentares exequíveis para proteger e reforçar as indústrias da economia da partilha. Bernardo Hernández Bataller foi o único orador a trazer à conferência uma perspectiva europeia sobre esta questão, que os participantes apreciaram muito. Para mais informações sobre o contributo do CESE para a economia da partilha, consulte o parecer do CESE sobre o «Consumo colaborativo ou participativo: um modelo de desenvolvimento sustentável para o século XXI» (sg)



Bernardo Hernández Bataller (terceiro a contar da esquerda), membro do CESE que representou o CESE no Fórum Internacional de 2015 sobre a Promoção do Setor dos Serviços

**Cimeira Euromed: Diálogo com a sociedade civil mediterrânica – Uma ponte para a solidariedade**

**Quarteto Tunisino para o Diálogo Nacional: um exemplo a seguir**

«É tempo de os países da região euro-mediterrânica porem, finalmente, em prática os compromissos assumidos em Barcelona.» Foi esta a opinião unânime dos participantes na 20.ª Cimeira Euro-Mediterrânica, organizada pelo CESE em 30 de novembro, e que marcou o vigésimo aniversário do lançamento do processo de Barcelona.

«A estabilização e a segurança da região devem ser acompanhadas de um desenvolvimento económico e social. A segurança das pessoas deve estar no centro de todas as decisões», afirmou o presidente do CESE, Georges Dassis, no início da reunião.

Numa declaração comum, os participantes apelaram à melhoria da educação e a mais oportunidades para os jovens e as mulheres na região, ao reconhecimento das organizações da sociedade civil fundadas em princípios democráticos e, ainda, a uma política comum em matéria de migração e asilo (para mais informações, consultar o sítio Web do CESE).

Os participantes das organizações da sociedade civil comprometeram-se a prosseguir a cooperação entre si no quadro da nova PEV, bem como a intensificar o trabalho sobre as alterações climáticas, tendo em vista a conferência COP22, que terá lugar em Marrocos. (sma)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

### Editores:

Alun Jones (editor-chefe)  
Daniela Marangoni (dm)

### Colaboraram nesta edição:

Alun Jones (aj)  
Anne-Marie Wiersma (amw)  
Caroline Alibert Deprez (cad)  
Daniela Marangoni (dm)  
Fabiola Giraldo Restrepo (fgr)  
Jonna Pedersen (JP)  
Milen Minchev (mm)  
Siana Glouharova (sg)  
Silvia M. Aumair (sma)

### Coordenação geral:

Agata Berdys (ab)

**Data do fecho desta edição:**  
**4 de janeiro de 2016**

### Endereço:

Comité Económico e Social Europeu  
Edifício Jacques Delors,  
Rue Belliard, 99,  
B-1040 Bruxelas, Bélgica  
Tel.: (+32 2) 546 94 76  
Fax: (+32 2) 546 97 64  
Correio eletrónico: [eescinfo@eesc.europa.eu](mailto:eescinfo@eesc.europa.eu)  
Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número será publicado em fevereiro de 2016.

Janeiro de 2016 / 1



Serviço das Publicações